

DOCUMENTO OFICIAL LICITATÓRIO Nº 415/2025

EDITAL Nº 077/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2025

Objeto: : Fornecimento de Preservativos e Gel lubrificante

ATA DE ANÁLISE DE RECURSO

Ao primeiro dia do mês de outubro de dois mil e vinte cinco, na Secretaria Municipal de Licitações e Contratos (SMLC), Diretoria de Licitações (DL), localizada na Rua Cândido Machado, 429, 4º andar, Centro, Canoas/RS, reuniram-se a Pregoeira e sua equipe de apoio, designada pela Portaria nº. 1.351/2025, **para proceder à análise do recurso** interposto pela LICITANTE: F MOREIRA SILVA LTDA., tempestivamente ao processo supracitado, para a qual não houveram contrarrazões apresentadas. Registra-se por oportuno, que a íntegra da peça recursal encontra-se acostada ao processo de origem, SEI Nº. 24.0.000077444-4, bem como no Portal de Compras Eletrônicas Bannrisul, com vistas franqueadas aos interessados. **DAS RAZÕES DA RECORRENTE: F. MOREIRA SILVA LTDA.** A recorrente alega em síntese: “[...](a)que foi indevidamente inabilitada por não apresentar Autorização de Funcionamento da ANVISA (AFE), no qual diz que o referido documento jamais foi exigido no Edital e é absolutamente desnecessário para a natureza específica de sua atividade comercial. (b)que a Administração não apresentou fundamentação técnica para a exigência; (c)pede a anulação da inabilitação por MANIFESTA ILEGALIDADE na exigência de Autorização de Funcionamento da ANVISA para empresa intermediária em modelo drop shipping; (d) que a motivação da desclassificação efetuada pela área técnica apresentou “fundamentação inadequada e contrária à Lei”; (e)seja elaborada nova decisão devidamente motivada, demonstrando expressamente, os dispositivos legais específicos que sustentam a exigência e a necessidade da AFE e a previsão editalícia da exigência”. **DA ANÁLISE DO RECURSO PELA SECRETARIA REQUISITANTE:** Considerando que a peça recursal, ensejava questionamentos de caráter eminentemente técnico, pois se referia aos documentos de qualificação técnica solicitados no certame e, ainda, que a desclassificação da recorrente foi realizada pela equipe técnica da SMS, o processo com as razões recursais foi encaminhado para análise da requisitante, que se manifestou como segue: “[...]conforme o documento 1959217, é exigido a AFE, conforme segue o texto no Edital “**3.1.1.3. Para os todos os itens, Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela ANVISA, em situação ativa, em nome da licitante.**” Considerando a RDC 16/2014, nestes tópicos: **RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA-RDC Nº 16, DE 1º DE ABRIL DE 2014: VI - distribuidor ou comércio atacadista: compreende o comércio de medicamentos, insumos farmacêuticos, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes, em quaisquer quantidades, realizadas entre pessoas jurídicas ou a profissionais para o exercício de suas atividades; Art. 5º Não é exigida AFE dos seguintes estabelecimentos ou empresas: I - que exercem o comércio varejista de produtos para saúde de uso leigo; II - filiais que exercem exclusivamente atividades administrativas, sem armazenamento, desde que a matriz possua AFE; III – que realizam o comércio varejista de cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes; IV - que exercem exclusivamente atividades de fabricação, distribuição, armazenamento, embalagem, exportação, fracionamento, transporte ou importação, de matérias-primas, componentes**

e insumos não sujeitos a controle especial, que são destinados à fabricação de produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes; e V – que realizam exclusivamente a instalação, manutenção e assistência técnica de equipamentos para saúde. Art. 7º Os estabelecimentos detentores de AFE para a atividade de distribuição ou fabricação de produtos para saúde poderão comercializar produtos para saúde no varejo, sem a necessidade de AFE específica para a referida atividade, desde que sejam cumpridas as exigências da legislação local acerca do licenciamento de estabelecimentos. **Mantida a exigência de AFE conforme EDITAL, indeferido de forma total o pedido da empresa, conforme previsto na RDC 16/2014, comercialização entre pessoas jurídicas [...]**". Assim, a equipe técnica da SMS reputa improcedentes as razões de recurso. **DA ANÁLISE DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E CONCLUSÃO** Em análise à peça recursal, interposta pela licitante F MOREIRA SILVA LTDA., quando menciona: "[...]Quanto à alegação de ilegalidade e irregularidades processuais[...]", importante observar ao nobre recorrente que a condução do certame se deu nos exatos termos da Lei 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 171/2021, sendo que, as comunicações referentes à condução do certame, foram efetuadas em estrita observância ao que consta no Edital nº 077/2025, qual seja, o Edital foi publicado em 09/06/2025, e em seu item 3.1.1.3, anexo II do Termo de Referência, onde constava expressamente descrito a exigência da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), para todos os itens, expedida pela ANVISA em situação ativa, em nome da licitante.(grifei). Portanto, entende-se que quanto à esse ponto, não procede a alegação da Empresa, que não havia menção de tal exigência no Edital. Quanto à alegação referente ao horário de processamento via plataforma eletrônica de compras, observo que em 10/07/2025, foi enviado por e-mail e através da plataforma Banrisul (no Chat), a solicitação de Diligência, oportunizando assim à Empresa, o prazo para que apresentasse a AFE. A empresa, manifestou-se em resposta e essa foi encaminhada pela Pregoeira, para análise manifestação daquele órgão (SMS), sendo que foi constatado pela área técnica, novamente a não apresentação do referido documento (AFE), conforme despacho da Chefe de Unidade Marina Pasa Casagrande, em, de fato em 01/08/2025. Contudo, o processo somente retornou à Pregoeira, com a resposta da análise referente ao teor da diligência em 04/08/2025. Foi informado via plataforma (Chat) que o resultado dessa nova análise e o julgamento da habilitação referente ao conteúdo apresentado seriam divulgados em 05/08/25, o que de fato ocorreu. Ou seja, não houve **nenhuma irregularidade** neste procedimento. No tocante à alegação que recebeu notificação por e-mail "em horário inadequado para atendimento de órgão público, às 20h04min, questionando que a Pregoeira agiu de forma ilegal, cumpre informar ao prezado licitante que os e-mails disparados pela Plataforma Banrisul, não são gerenciados pelos Agentes de Contratação do Município, pois são disparados de forma **automática** pela Plataforma de compras, não havendo ingerência nenhuma por parte da pregoeira, não ocorrendo "manipulação" no sistema eletrônico. Isto posto, após as devidas análises efetuadas e manifestações exaradas, entende-se por concluída o exame da peça recursal ingressada pela requerente e, baseado na manifestação da área técnica competente, decido julgar como **improcedente** as razões de recurso interpostas, **indeferindo** o pedido por entender que as mesmas não apresentaram **razões/fatos** que viessem a rever o julgamento anteriormente proferido, referente aos documentos de habilitação acostados pela empresa, nem por oportunidade de sua participação na licitação, nem em sede da diligência oportunizada. Salienta-se ainda, que a condução do certame respeitou todos os preceitos e normas legais pertinentes, guiando-se pelas diretrizes previamente definidas no edital. Isto posto, em estrita observância

aos princípios fundamentais da Administração e à Lei nº 14.133/21, na garantia pela legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade, eficiência e eficácia, entendendo-se que as ações foram executadas de forma imparcial, ética, transparente com o objetivo de atender unicamente o interesse público, sem qualquer favorecimento ou indício de suspeição nos atos realizados, essa pregoeira encerra a presente ata e instrui o processo com as informações de fato e de direito. Diante ao exposto, encerra-se a presente ata com as análises efetuadas e razões suscitadas no recurso ingressado pela empresa F. MOREIRA SILVA LTDA, decidindo por não reconsiderar o julgamento anteriormente proferido em sessão, mantendo a inabilitação da empresa. Por fim, em estrita observância aos termos do disposto no § 2º do art. 165 da Lei nº. 14.133/2021, encaminha-se o presente para o seu efetivo julgamento pela autoridade superior, na figura do Sr. PREFEITO MUNICIPAL. A presente ata que veicula o julgamento do recurso administrativo, será publicada no Diário Oficial do Município (DOMC) de acordo com a Lei Municipal nº 5582/2011 e Decreto Municipal nº 439/2012 e ainda, no site www.pregaoonlinebanrisul.com.br. Nada mais havendo para constar, encerra-se a sessão e assina-se o presente documento.x.x.x.x.x.x.x

Agente de Contratação
Portaria Municipal nº. 1.351/2025